

# A imprensa golpista

Reflexões sobre o papel do *Jornal do Brasil*,  
*O Globo* e *O Estado de São Paulo* no golpe de 64

Claudia Jawsnicker\*

\* Jornalista, mestre em Educação. Docente do curso de graduação em Comunicação Social / Jornalismo da Univel e da FAG (Cascavel, Paraná).

## Introdução

No início da década de 60, o país vivia o fim de uma época romântica, já com ares da rebeldia que viria a seguir. Moças nas garupas de lambretas, adolescentes rodopiando em bambolês, rapazes acertando o gumex no cabelo conviviam com os primeiros cabeludos tocando *rock and roll* na guitarra, acompanhados pelo reboledo das moderninhas vestidas com minissaias em estampas psicodélicas e botas de cano longo. Nos anos iniciais da década que mudou tudo, o Brasil saboreava uma espécie de ‘triumfalismo nacional’ pelos títulos conquistados pela seleção brasileira de futebol em 1958 e 1962, os nocautes de Éder Jofre, as vitórias internacionais da tenista Maria Ester Bueno e a Palma de Ouro, em Cannes, pelo filme *O Pagador de Promessas* (MORAES, 1998:23).

Em pouco tempo o país acompanharia a organização de um amplo movimento “cultural-didático conscientizador”, nas palavras de Buarque de Hollanda e Gonçalves (1982, p.10), envolvendo intelectuais, artistas e estudantes que defendiam a construção de uma cultura nacional, popular e democrática. A efervescência cultural se associava “a uma consciência política que tinha como pressuposto um desejo de transformação e de crítica à ordem estabelecida” (KORNIS, 2007:1). O teatro, música e cinema refletiam o debate cultural de esquerda e um aprofundamento crescente do processo de politização no país:

*“A efervescência político-cultural se nutria sem dúvida da proximidade da esquerda com o poder, no interior de um projeto nacional-popular que se afirmava com a presença de João Goulart na presidência da República.” (IDEM: Ibidem)*

No entanto, o aprofundamento de um processo de radicalização ideológica entre direita e esquerda – que contou com intensa participação da imprensa, como analisaremos a seguir – viria a provocar o fim desse projeto nacionalista por meio do golpe militar de 1964.

### Radicalização político-ideológica no governo João Goulart

O presidente João Goulart, que assumiu em 1º de novembro de 61 após a renúncia de Jânio Quadros, enfrentou, desde o início de seu governo, uma série crise econômica: a inflação alcançava 34,7%, a taxa de crescimento econômico estava em queda e havia déficit na balança comercial<sup>1</sup>. Além disso, o governo precisava lidar com movimentos de insatisfação dos baixos escalões das Forças Armadas – que reivindicavam direitos democráticos que lhes eram negados,

---

<sup>1</sup> Para Sarmiento (2007, p. 2), “a explosiva combinação de irresponsabilidade fiscal, descontrole dos mecanismos de emissão, fragilidade política e falta de apoio do capital internacional havia contribuído para a economia brasileira evidenciar um grave cenário recessivo”.

como acesso à universidade, votar e ser votado, leis de promoção, financiamento da casa própria, entre outros - e greves motivadas não apenas por reivindicações salariais, mas sobretudo por caráter político.<sup>2</sup> Segundo Moraes (1989, p. 34), a política brasileira de então não se limitava mais ao parlamento; tornara-se algo mais abrangente:

*“A disputa pela hegemonia ultrapassara a esfera partidária para penetrar nos movimentos sociais. Essa ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de pressões reivindicatórias das camadas subalternas. As propostas nacionalistas, desenvolvimentistas, antiimperialistas e pelas reformas de base encontravam, nesses segmentos, uma audiência crescente.”*  
(MORAES, 1989:34)

Para tentar solucionar esses problemas, o presidente, que segundo Skidmore (1998, p.215) não se ajustava ao “âmbito das reformas tradicionais”, desejava apresentar a nação uma série de reformas de base – agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral<sup>3</sup>, em comícios nacionais nos quais anunciaria decretos presidenciais que abordariam estas questões. O objetivo era promover o desenvolvimento do país em bases nacionalistas, defendendo ainda a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e a nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas.

O clima de antecipação da divulgação das reformas acentuava a radicalização política. A mobilização era intensa, tanto dos setores nacionalistas das Forças Armadas, articulados ao movimento sin-

---

<sup>2</sup> Durante o governo Goulart foi significativa a participação do movimento sindicalista brasileiro nas grandes questões da política nacional. Uma das mais importantes ações deu-se durante a luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962, foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. Nesse mesmo mês, os principais líderes sindicais reuniram-se com o presidente para discutir a organização do novo gabinete provisório, que governaria até a realização do plebiscito em janeiro de 1963, mostrando a grande influência que o movimento exercia sobre o governo (KORNIS e MONTEIRO: 2007).

<sup>3</sup> Para detalhes sobre as reformas de base, ler FERREIRA, Marieta. *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.

dical que apoiavam abertamente as iniciativas de Goulart, quanto dos setores de resistência aos projetos do governo: proprietários rurais, setores da classe média, empresários e militares agrupados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)<sup>4</sup>, grandes corporações multinacionais, a UDN, o PSD, a baixa hierarquia das Forças Armadas e, principalmente, parte da imprensa.

## Grande imprensa e o golpe

Parte da grande imprensa<sup>5</sup> viria a se constituir na principal portadora da mensagem contra a permanência de Goulart no poder, atuando na construção de um consenso para a intervenção militar (MORAES, 1998; ALVES DE ABREU, 2002; CARVALHO in *Carta Capital* 2004; MARTINS e DE LUCA 2006). Em editoriais e artigos críticos ao governo federal, o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* combatiam a ameaça do comunismo, criticavam as alianças do governo com líderes de esquerda e exigiam a aprovação imediata das reformas.

As críticas apresentadas nos editoriais enfatizavam a subversão da ordem e o avanço do comunismo:

*“O próprio clima de tensão gerado pelos provocadores comunonacionalistas torna, entretanto, difícil de conter os ânimos mais exaltados, sendo os numerosos os proprietários que à força, querem responder com a força, uma vez que nada esperam de um governo que prega o ódio entre classes e difunde o comunismo nas escolas e nos quartéis.” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1964)*

---

<sup>4</sup> Fundado em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, o IPES reunia grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo preocupados com a inflação, com a falta de planejamento econômico do governo e, sobretudo, com a suposta influência de comunistas e o aumento da intervenção estatal. O movimento rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras de outros Estados e oficiais da ESG, que desejavam um Estado centralizador..

<sup>5</sup> Entende-se por grande imprensa os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência (AQUINO, 1999:37).

; anunciavam, em tom alarmista, que forças políticas comunistas tentariam

*“obter o consentimento popular para fazerem do Brasil a experiência infeliz que o nazismo, o fascismo e comunismo impuseram a outros povos.” (JORNAL DO BRASIL apud CASTELO DE CARVALHO, 2004:74)*

e, finalmente, procuravam mobilizar a opinião pública para o perigo das reformas políticas do governo:

*“Muito se tem suportado este país para que o funcionamento do regime não sofra interrupções, mas agora chegamos a um ponto que seria loucura continuar transgredindo. Quando os principais responsáveis pela coisa pública se associam aos mais notórios agitadores e comunistas, para pregar contra a Constituição e contra o Congresso, não é mais possível a omissão de um único brasileiro, impõem-se a luta e a reação.” (O GLOBO apud MORAES, 1998:131)*

Com a intenção de criar um espaço organizado de crítica às idéias nacionalistas do governo Goulart, três empresas jornalísticas cariocas conceberam um programa radiofônico diário, a *Rede da Democracia*, comandado pelas redes *Tupi*, *Globo* e *Jornal do Brasil* e repercutido pelo país por meio de centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos dos programas eram posteriormente publicados nos respectivos jornais. O programa pode ser entendido como a versão conservadora da *Cadeia da Legalidade*, criada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que em 1961 mobilizou a opinião pública, por meio de 104 emissoras

***Com a intenção de criar um espaço organizado de crítica às idéias nacionalistas do governo Goulart, três empresas jornalísticas cariocas conceberam um programa radiofônico diário, repercutido pelo país por meio de centenas de emissoras afiliadas.***

espalhadas por todo o país, em favor da posse de João Goulart. Em São Paulo, o empresário Ruy Mesquita, *publisher* de *O Estado de São Paulo*, vinculado à UDN, organizava semanalmente reuniões conspiratórias com grupos de civis e militares de ‘oficialidade pequena’ para encontrar formas de conter o movimento esquerdista.

Para Castelo de Carvalho (*ibid.*), estes jornais atribuíram para si o papel de autêntica representante da sociedade, “guia da nação, portadora da racionalidade”, assumindo-se como instância crítica da opinião pública, espaço ideal para direcionar os debates sobre os rumos do país. Aquino (1999, p. 39) explica que a posição dos proprietários de jornais teoricamente justificava-se nos moldes do liberalismo lockeano<sup>6</sup>. Para o filósofo inglês, o poder do governante seria outorgado pela sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam abuso de poder. Portanto, apesar de defender a democracia, a mídia entendia as atitudes do presidente como usurpação dos direitos naturais dos indivíduos. Nas palavras de Ruy Mesquita, então diretor de *O Estado de São Paulo*:<sup>7</sup>

*“Jango, pelas suas próprias condições culturais, era um incapaz. Era até uma boa pessoa para convívio social, mas completamente despreparado para algum dia ser presidente da República, muito menos num momento como aquele.” (REVISTA LUA NOVA, 1984:27)<sup>8</sup>*

“A imprensa foi um catalisador do golpe de 31 de março de 1964” resume a brasilianista Anne Smith (1997, p. 29). “Os jornais fizeram o jogo do golpe”, lamenta o jornalista Jânio de Freitas (2006, p.2). Para Alves de Abreu (2005), parte da grande imprensa “não só deu espaço para os discursos favoráveis à preservação do

---

<sup>6</sup> Ideólogo do liberalismo, Locke (1632-1704) pregava a noção de governo como consentimento dos governados diante da autoridade constituída, e o respeito ao direito natural do homem, de vida, liberdade e propriedade.

<sup>7</sup> Pesquisa desenvolvida por Duarte de Oliveira (1993, p. 49) revela que *O Estado de São Paulo* transmitia aos leitores, em 1964, uma imagem do presidente João Goulart como “passivo, manobrado por comunistas, corrupto, incapaz e líder revolucionário”.

<sup>8</sup> Na mesma entrevista, o empresário admitiria ter organizado semanalmente reuniões conspiratórias com grupos de civis e militares de “oficialidade pequena” para encontrar formas de conter o movimento esquerdista.

regime democrático, como os principais jornais de circulação nacional formularam argumentos em favor da obediência aos preceitos constitucionais” (2006, p.1).

O Comício das Reformas, também conhecido como Comício da Central, que aconteceu em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, marca o início do fim do governo Goulart. Na manifestação, que concentrou cerca de 150 mil pessoas – entre membros de entidades sindicais, organizações de trabalhadores, servidores públicos e estudantes, entre outros – o presidente alertou para a necessidade de revisão da constituição de 1946, “porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada” (Goulart *apud* Munteal *et al*, 2006:145), referiu-se ao decreto da Reforma Agrária que assinara pouco antes e anunciou que iria enviar ao Congresso mensagem tratando das reformas eleitoral e universitária. Conforme avaliaria, 20 anos depois, o então presidente da União Nacional dos Estudantes, José Serra, presente à manifestação, o evento:

## O golpe de 64 foi saudado por importantes setores da sociedade, entre eles a imprensa.

*“por um lado, mostrou que havia uma capacidade de mobilização popular; por outro, deu às forças que promoveriam o golpe a sensação de risco em progressão geométrica.” (SERRA in D’ÁVILA, 2004:A8)*

A repercussão do comício foi imediata. Manifestações de reação ao comício de Goulart foram organizadas em diversas cidades, entre elas uma série de marchas organizadas, em várias capitais, por setores do clero e entidades femininas: a Marcha Pela Família Com Deus Pela Liberdade.<sup>9</sup> A situação agravou-se e o confronto político culminou no golpe militar deflagrado na madrugada de 31 de mar-

---

<sup>9</sup> O próprio nome já sugere: a manifestação seria um levante da tradicional família brasileira, de acordo com os princípios católicos de seus organizadores, dentre os quais se destacavam como principais articuladores a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União Cívica Feminina, a Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades (SILVA, 2006).

## Artigo

Claudia Jawsnicker

ço de 1964. Tropas militares marcham em direção às capitais. No mesmo dia, seis Estados (SP, MG, RS, PR e MT) anunciam estar sublevados e unidos contra o comunismo. Jango desiste do confronto com os militares e segue para o exílio no Uruguai:

*“De uma hora para outra, o discurso progressista e revolucionário ficava emudecido pelo alarido conservador, pela voz da Ordem, da Moralidade, da Pátria, da Família, das tradições-mais-caras-ao-nosso-povo. Surpresa e perplexidade tomavam conta de intelectuais e militantes. Passava-se da euforia à dúvida, da ofensiva ao recuo.”*  
(BUARQUE DE HOLLANDA e GONÇALVES, 1982:14)

O golpe foi saudado por importantes setores da sociedade, entre eles a imprensa. No dia seguinte, editorial do *Jornal do Brasil* afirmava:

*“O presidente sente-se bem na ilegalidade. Está nela e ontem nos disse que vai continuar nela, em atitude de desafio à ordem constitucional, aos regulamentos militares e ao Código Penal Militar.[...] Não pode mais ter amparo legal quem no exercício da Presidência da República, violando o Código Penal Militar, comparece a uma reunião de sargentos para pronunciar discurso altamente demagógico e de incitamento à divisão das Forças Armadas.”* (JORNAL DO BRASIL, 1964:2)

Ou ainda, no mesmo jornal, no dia 2 de abril:

*“A virilidade do movimento cívico que reinstalou o império da lei e da liberdade no país, que demonstrou a aversão do povo brasileiro à comunização.”* (JORNAL DO BRASIL, apud MARTINS e LUCA, 2006:100)

## Conclusão

O golpe militar de 31 de março de 1964, que iniciou uma ditadura que duraria 20 anos no país, contou, na sua concepção, com o apoio de alguns veículos da grande imprensa, entre eles o *Jornal do Brasil*,

*O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Representantes de uma imprensa liberal, essas empresas jornalísticas divulgavam a imagem de um caos administrativo no setor público – relacionado ao projeto intervencionista do governo e de suas alianças com líderes de esquerda – através de reportagens e, especialmente, editoriais, que urgiam pelo restabelecimento da ordem e alertavam para o perigo do comunismo. Junto com proprietários rurais, setores da classe média, empresários e militares mobilizavam-se em resistência aos ideais nacionalistas do governo Goulart:

*“A mídia é certamente um dos campos em que se materializam discursos que constituem julgamentos, associam valores e, desse modo, compõem as imagens por meio das quais nos relacionamos com fatos e personagens históricas, por meio das quais nos pensamos como parte de uma história.” (BIROLI, 2006:5, grifos do autor)*

A ditadura, que se estenderia por 20 anos, logo deu início a um período de repressão política e censura à imprensa. O regime militar interveio ainda na regulamentação da atividade jornalística (por meio de leis de imprensa e profissionalização) e de impostos, subsídios e preços de insumos e matérias-primas: “O Estado manipulava as verbas publicitárias dos órgãos do governo e pressionava os anunciantes a recusar determinados veículos, não simpáticos ao regime” (RIBEIRO *in* NEVES *et al*: 2006:430). Diante das pressões políticas e restrições à liberdade de expressão, as mesmas empresas jornalísticas que apoiaram o movimento começariam, em pouco tempo, a se distanciar do governo e a denunciar as arbitrariedades cometidas. ■

### *Referências bibliográficas*

ALVES DE ABREU. “A atuação da imprensa na queda do governo João Goulart.” In: *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre, setembro de 2004.

*A modernização da imprensa*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2002.

- \_\_\_\_\_. “A imprensa e seu papel na queda de Jango.” Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – FGV- CPDOC. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>. Acesso em 25/04/07
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. São Paulo: Edusc, 1999.
- BIROLI, Flavia. “João Goulart e o golpe de 1964 na imprensa, da transição aos dias atuais: uma análise das relações entre mídia, política e memória.” *Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política*, Salvador, 2006.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa; GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTELO DE CARVALHO, Aloysio. “A imprensa golpista.” *Carta Capital*. São Paulo. p. 72. 31/03/2004.
- DÁVILA, Sérgio. “O dia em que Jango começou a cair.” *Folha de São Paulo*. 13 de março de 2004. p. A8.
- DUARTE DE OLIVEIRA, Maria Rosa. *João Goulart na imprensa. De personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.
- FERREIRA, Marieta. *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- KORNIS, Mônica. *A cultura engajada*. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – FGV- CPDOC. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>. Acesso em 16/04/07.
- KORNIS, Mônica; MONTEIRO, Debora. “O movimento sindical urbano e o papel do CGT.” Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – FGV- CPDOC. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>. Acesso em 15/04/07.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006.
- MORAES, Deniis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jaqueline; FREIXO, Adriano (orgs). *O Brasil de João Goulart: Um projeto de nação*. Rio de Janeiro: editora PUC, 2006.
- MUNIZ, MALu; SALLES, Marcelo. *Entrevista com Jânio de Freitas*. Disponível em <http://www.fazendomedia.com/novas/politica210905a.htm>. Acesso em 12/04/2006.

NEVES, Lucia Maria; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria (orgs). *História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Plano trienal e a política econômica no presidencialismo*. Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil – FGV- CPDOC. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>). Acesso em 27/04/07.

SILVA, Thiago Rocha Ferreira da. “Cenários, manifestações, discursos. O papel da paisagem na construção do discurso político.” *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, n ° 02, p. 38 - 52, jun/2006.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

# Artigo

Claudia Jawsnicker

## A imprensa golpista

*Reflexões sobre o papel do Jornal do Brasil,  
O Globo e O Estado de São Paulo no golpe de 64*

Claudia Jawsnicker

### Resumo

Este estudo pretende ampliar o debate acerca de papel do *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* como principais portadores da mensagem contra a permanência do presidente João Goulart no poder, atuando na construção de um consenso para a intervenção militar, concretizada com o golpe de 1964. Por meio de editoriais e artigos, estes jornais criticaram o governo federal e sua aliança com líderes de esquerda e combateram o que acreditavam ser a ameaça do comunismo, atribuindo para si o papel de autênticos representantes da sociedade e instância crítica da opinião pública, espaço ideal para direcionar os debates sobre os rumos do país.

### Palavras-chave

golpe de 64 – imprensa – participação

### Abstract

*This study aims to broaden the discussion on the role of the *Jornal do Brasil*, *O Globo* and *O Estado de São Paulo* newspapers as the principal messengers against the permanence of president João Goulart, acting towards the construction of a consensus for a military intervention which was established with the 1964 coup d'état. Through editorials and articles, these newspapers criticize the federal government and its alliance with left wing leaders and combated what they consider to be a threat of communism, keeping for themselves the role of the authentic representatives of society and public opinion constituting a significant space to direct the debates of national issues.*

### Key words

1964 military coup d'état – press – role

E-mail:

[jawsnick@certto.com.br](mailto:jawsnick@certto.com.br)